

O arquivo pessoal e a biblioteca de Paulo Duarte na Unicamp: a origem de uma política de aquisição de acervos pessoais

[*Paulo Duarte's personal archive and library at Unicamp: the origin of a policy for acquiring personal collections*]

Luccas Eduardo Maldonado¹

RESUMO • O artigo examina a trajetória do intelectual e arqueólogo brasileiro Paulo Duarte, com foco na integração de seu acervo pessoal e biblioteca à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na formação de uma política institucional para a aquisição de acervos pessoais no Brasil. Duarte, conhecido por sua atuação na consolidação da arqueologia e na preservação do patrimônio cultural, influenciou a criação de importantes instituições culturais e acadêmicas, como a Universidade de São Paulo (USP) e o Instituto de Pré-História (IPH). O estudo investiga os motivos que levaram Duarte a vender seu acervo à Unicamp em 1970, em um contexto marcado pelo regime militar e pelo desejo de perpetuar sua memória. • **PALAVRAS-CHAVE** • Paulo Duarte; arquivos pessoais; bibliotecas.

• **ABSTRACT** • The article examines the trajectory of Brazilian intellectual and archaeologist Paulo Duarte, focusing on the integration of his personal archive and library into the University of Campinas (Unicamp) and the establishment of an institutional policy for acquiring personal collections in Brazil. Duarte, known for his role in consolidating archaeology and preserving cultural heritage, influenced the creation of significant cultural and academic institutions, such as the Universidade de São Paulo (USP) and the Instituto de Pré-História (IPH). The study investigates the reasons that led Duarte to sell his collection to Unicamp in 1970, in a context marked by the military regime and his desire to perpetuate his legacy. • **KEYWORDS** • Paulo Duarte; personal archives; libraries.

Recebido em 13 de novembro de 2023

Aprovado em 20 de janeiro de 2025

Editores responsáveis: Ana Paula Simioni, Dulcília Helena Schroeder Buitoni e Marcos Antonio de Moraes

MALDONADO, Luccas Eduardo. O arquivo pessoal e a biblioteca de Paulo Duarte na Unicamp: a origem de uma política de aquisição de acervos pessoais. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 91, 2025, e10732.



Seção: Artigo

DOI: 10.11606/2316901X.n91.2025.e10732

¹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Campinas, SP, Brasil).

O paulistano Paulo Duarte é uma figura pouco lembrada na atualidade, sendo quase exclusivamente um assunto acadêmico. As leituras constituídas na universidade a seu respeito perpassam principalmente quatro âmbitos: a constituição da arqueologia científica no Brasil; a formação de uma prática e uma legislação de cunho patrimonial e museológico; sua vinculação com os modernistas paulistas na construção de instituições culturais durante os anos 1930; e a concepção da Universidade de São Paulo (USP).

Nessa esteira, ganha projeção a sua atuação como político alinhada com Júlio de Mesquita Filho para a criação da USP em 1934 e a sua posterior incorporação como docente. Rememora-se também a sua presença na criação do Instituto de Pré-História (IPH) em 1952, primeiramente como comissão estadual vinculada à Casa Civil e integrada à USP em 1962. Tal órgão foi central para a formação da disciplina arqueológica no país, juntamente da reunião e a preservação de acervos que viabilizaram a sua prática continuada (BLASIS; PIEDADE, 1991; BARRETO, 1999-2000, p. 40-42). A preparação de legislações para a preservação desse material e outros objetos culturais, desde os anos 1930, quando liderou o Departamento de Cultura junto de Mário de Andrade, estava diretamente vinculada a essa concepção (ALCÂNTARA, 2007; SANABRIA, 2013). Este último âmbito recebeu atenção suficiente durante o centenário da Semana de Arte Moderna para motivar uma reedição do livro que reúne o epistolário entre Andrade e Duarte (DUARTE, 2022).

A memória institucional sobre Duarte teve dois momentos. O primeiro deu-se logo após sua morte em 1984, quando algumas instituições a reivindicaram. O IPH foi transformado em museu em 1978, antiga aspiração do seu criador, recebendo um novo nome: Museu do Instituto de Pré-História da USP. Quando Duarte faleceu, a entidade incorporou o seu nome, constituindo o Museu do Instituto de Pré-História Paulo Duarte (CÂNDIDO, 2016, p. 29). Quase ao mesmo tempo, a Associação Paulista de Museólogos (Asspam), órgão constituído em 1983 para defender a regularização da profissão, criou o Prêmio de Museologia Paulo Duarte em 1986, voltado para pessoas que contribuíram ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento dessa área em São Paulo (MENEZES, 2010, p. 53).

Essas duas entidades, no entanto, deixaram de existir pouco tempo depois. A Asspam foi dissolvida em 1991, e o IPH desapareceu em 1989, quando se criou o

Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) a partir da integração do seu acervo com a parte etnológica do Museu Paulista e da coleção de Plínio Ayrosa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) (ARRUDA, 1994, p. 581). Sua memória, assim, foi diluída ou dissipada dentro das reestruturações institucionais do fim do milênio, sendo, atualmente, sobretudo reivindicada por dois espaços: o Laboratório de Arqueologia Pública “Paulo Duarte” da Universidade de Campinas (LAP/Unicamp), criado em 2009, e a Biblioteca Paulo Duarte da prefeitura de São Paulo.

Todas essas reivindicações estão conectadas com uma dimensão da sua personalidade, a profunda capacidade de criar instituições, organizar pessoas e atuar politicamente. É difícil encontrar uma entidade da vida pública paulista na metade do século XX que não teve ingerência de sua parte. Há alguns outros espaços em que seu nome é invocado de maneira mais pontual, uma vez que tal intelectual se inseriu em diversos projetos ao longo da sua vida, como, por exemplo, na construção dos editoriais científicos em humanidades nos anos 1950 por meio da revista *Anhembi* e na criação dos museus de Arte Sacra e Casa Brasileira, de São Paulo (JACKSON, 2004; FRANÇA, 2009; CÂNDIDO, 2016, p. 28). A associação que Érico Veríssimo fez de Duarte com a personagem literária *Don Quixote*, homem sonhador que se insere em grandes lutas de cunho quase fantasioso, deriva em boa parte dessa sua dimensão multifacetada, insistente e até um tanto peculiar. Tal imagem foi reapropriada, por exemplo, por Marli Guimarães Hayashi (2002), pesquisadora que mais insistentemente investigou a sua biografia para dar título ao seu trabalho (VERÍSSIMO, 1975, p. VI).

Existem, contudo, outras dimensões com profundo significado público que podem ser trabalhadas na sua trajetória. Duarte construiu ao longo de sua vida uma grande biblioteca de aproximadamente 11 mil volumes e um expressivo arquivo pessoal com milhares de documentos. Tal material foi vendido à Unicamp em 1970 pelo próprio titular.

O ato possui grande importância para a história desse órgão. Fundada em 1966, a universidade dava os seus primeiros passos sob a direção do reitor Zeferino Vaz. Criava-se uma instituição do zero e um tanto inesperadamente, resultado das negociações das elites locais para construir um curso de medicina, que posteriormente se expandiu para a elaboração de toda uma universidade. Era preciso reunir professores e preparar bibliotecas e laboratórios, além de captar alunos. O arquivo e a biblioteca de Duarte foram o primeiro acervo adquirido pela Unicamp na tentativa de estruturar o seu corpo material para a área de humanidades. A iniciativa, que naquele momento não tinha nada de programático, foi o primeiro passo de uma política de aquisição de arquivos e bibliotecas pessoais que se tornou uma das características das ciências humanas dessa universidade a partir da década de 1970.

Raramente uma oportunidade como essa se desdobrou na realidade brasileira, com um titular se desfazendo dos seus itens em vida ou longe dos seus últimos momentos. O exemplo de Darcy Ribeiro é simbólico. Doente, preparou detalhadamente a publicização do seu arquivo pessoal e de seus livros por meio de uma fundação (HEYMANN, 2005; 2012). São, contudo, os herdeiros ou os amigos íntimos no geral que empreendem esse movimento, visto que um arquivo pessoal e uma biblioteca não são apenas a construção de seu proprietário, mas também daqueles que se apropriaram e cuidaram do seu conjunto posteriormente.

O caso de Duarte é distinto. Teve uma profunda agência sobre a construção da sua biblioteca e do seu arquivo, pensando o que adquiria, guardava e descartava desde 1917, ano em que iniciou a sua coleção aos 18 anos de idade. A proporção e a coerência do seu acervo demonstram ampla preocupação nesse sentido. O cuidado expresso nas encadernações caras e cuidadosas e a disposição de um *ex-libris* com suas iniciais em formato de crânio reforçam ainda mais essa percepção.



Figura 1– *Ex-libris* de Paulo Duarte. Fonte: Biblioteca de Obras Raras Fausto Castilho (BORA/Unicamp)

Decidiu, contudo, vender a integridade dos seus itens em 1970, sem estar doente ou vislumbrar a finitude. Viveria ainda mais 14 anos com uma intensa atividade pública e cultural. Alguns dos seus mais importantes trabalhos, como sua monumental obra mnemônica, foram publicados após a venda.

Este texto analisa o processo de integração dessa coleção à Unicamp, destacando o contexto específico que fez Duarte optar pela venda dos seus objetos. Colocam-se em primeiro plano os motivos que levaram o intelectual a se desfazer dos seus itens, atentando-se ao particular arranjo de memória que se formou. Visa-se também historicizar a primeira expressão da prática de captar arquivos e bibliotecas pessoais das humanidades da Unicamp quando a instituição não contava com órgãos especializados para tal tarefa, os quais seriam estabelecidos a partir da década de 1970, permanecendo ativos até a atualidade.

A BIBLIOTECA

Um pequeno texto sobre o hábito de beber vinho saiu em *O Estado de S. Paulo* no dia 12 de abril de 1970. O jornalista responsável pela sua elaboração entrevistou supostamente quatro grandes apreciadores da bebida: os enólogos Bento de Almeida Prado, Gabriel Rosaz, Marcelino de Carvalho e Paulo Duarte. O texto, com certo

teor de aristocracia envelhecida, não é tão interessante pelo seu sentido evidente: o diploma de Confrérie des Chevaliers du Tastevin, que oferecia a Duarte autoridade sobre os vinhos da Borgonha. Isso perde sentido diante da pequena, mas significativa descrição de sua residência:

Paulo Duarte mora num apartamento grande e bonito, no meio de originais de Dali, Picasso e Matisse, mais de oitocentas garrafas de bebidas francesas, alemãs, italianas, portuguesas e espanholas, quase todas raríssimas; e uma biblioteca sobre culinária – com publicações esgotadas, muitas das quais estrangeiras – que é a maior do País. (ADEGA..., 1970).

Esse escrito é uma das raras descrições da biblioteca de Duarte enquanto ainda estava na sua posse. Não obstante ser um escrito pequeno, é possível reunir algumas informações a respeito do proprietário. As obras de artes plásticas de prestigiados artistas em sua coleção indicam que era um colecionista, característica muito importante de sua pessoa pela qual foi publicamente reconhecido. Trata-se de um traço central de sua personalidade, distinto de outro também chamativo, que era o seu particular costume estético de usar gravata borboleta. Duarte reunia sistematicamente tudo aquilo que se vinculava ao seu interesse. Esse costume não se manifestava exclusivamente para com os quadros, mas também para com os livros. A indicação de que tinha uma grande biblioteca sobre alimentação, utilizada para escrever um livro a respeito do tema e para instrumentalizar a sua atuação no Departamento de Cultura, que prestigiou entre outras coisas a culinária paulistana (DUARTE, 1944; AGUIAR, 2022, p. 81), revela o seu comportamento de reunir sistematicamente tudo sobre determinado assunto.

Na realidade, o conjunto bibliográfico extrapola esse aspecto cultural. Em grande medida, o argumento também é válido ao seu arquivo. A biblioteca de Duarte possui *três dimensões* complementares, sendo muitas vezes difícil fazer uma distinção explícita entre elas a depender do livro ou documento².

A primeira, a menor entre todas, é a coleção de um ator central da vida cultural e política brasileira do século XX. Dessa forma, ganhava de seus amigos e colegas uma grande quantidade de obras. As dedicatórias existentes nos seus títulos revelam todo um universo cultural marcado pela cerimônia do presentear com um livro e a conseguinte assinatura. As relações de sociabilidade nos circuitos letrados estão postas nessas mensagens, que revelam afeto, mecenato, correspondência, parceria etc. Havia um espaço na sua residência só para esses livros. O extenso epistolário que manteve ao longo de sua existência é em grande medida outra face dessa característica da biblioteca. As marcas pessoais em cada livro, com anotações e dedicatórias, tão preciosas para a crítica genética, refletem um universo de sociabilidades que permeia seu acervo.

2 Diversas descrições que se farão sobre a espacialidade, a organização e outras propriedades dos livros e do arquivo de Duarte se baseiam nas cartas que ele enviou para Zeferino Vaz e nos relatórios técnicos da comissão responsável pela avaliação da coleção, incluídos no processo de compra do material pela Unicamp. Esses textos estão inseridos no processo P-00819-70 da Unicamp. Disponível para consulta no Sistema de Arquivos (Siarq) da Unicamp.

A segunda dimensão vincula-se à prática colecionista de Duarte, mais precisamente a sua conduta de reunir tudo aquilo que se referia à história brasileira. Todo colecionador é um especialista uma vez que busca concentrar sistematicamente um conjunto de objetos referentes aos seus interesses (MOMIGLIANO, 2002, p. 20-21). Aquele que pratica tal espírito com os livros é chamado de bibliófilo³. Existem, contudo, distintos tipos. Alguns colecionam primeiras edições, as chamadas *editiones principes*; outros reúnem tudo referente a um autor. Há, no entanto, aqueles que agrupam livros vinculados à história do Brasil. A proposição é genérica porque o empreendimento é genérico: concentrar todo o material bibliográfico que tange à história do país. Para o resultado desse tipo de empreendimento, oferece-se o substantivo de brasileira.

O termo brasileira é utilizado muitas vezes para designar coleções editoriais que desde os anos 1930 criaram um amplo catálogo sobre a interpretação da realidade brasileira, por exemplo, as empreendidas pela José Olympio e pela Companhia Editora Nacional (PONTES, 1989; SORÁ, 2010). Manejava-se a noção para designar, não a coletividade de livros marcada por um selo editorial, mas a de livros e outros materiais bibliográficos que encerram um universo textual sobre o Brasil, construído sistematicamente por um indivíduo aficionado por livros. O critério sai da editora e vai para a convergência de obras constituídas a partir de uma preocupação comum.

O conceito, no entanto, não se encerra na construção de uma coleção. Há uma dimensão pública nessa elaboração. O colecionador precisa conceber a sua biblioteca como espaço de pesquisa e reflexão sobre a história e o futuro da nação, ou seja, tudo aquilo se desloca para além do seu prazer de reunir aqueles objetos, devendo existir uma articulação com o tempo presente para além de sua individualidade (NICODEMO, 2020). Mindlin, que tinha uma biblioteca com quase 60 mil volumes, abria sua coleção para investigadores e exercia uma extensa atividade pública por seu meio. A brasileira é, portanto, a articulação entre uma coleção especializada e o circuito dos intelectuais e dos produtores da cultura, visando moldar projetos que reflitam sobre a nacionalidade.

Duarte foi um bibliófilo que constituiu uma brasileira de proporções significativas. A utilização dos livros para amparar as suas atividades e as dos seus discípulos no IPH nos anos 1950 e 1960 revela o conceito pela primeira vez na sua trajetória. A venda da coleção para a Unicamp em 1970, articulada com a consolidação de um curso de ciências humanas, é o passo definitivo de sua conversão em brasileira, não obstante ser ao mesmo tempo a renúncia da coleção.

A terceira dimensão se conecta com a profissionalização da disciplina arqueológica no Brasil. Desde que constituiu vínculos estreitos com Paul Rivet em Paris em 1939, Duarte construiu uma coleção especializada nessa disciplina, reunindo amplo material nacional e internacional sobre o tema. Trata-se da elaboração de uma biblioteca de especialista, utilizada para amparar o ofício do arqueólogo. Livros importados de

3 O trabalho de doutorado de Oto Dias Becker Reifschneider (2011, p. 95) historiciza em grande medida a prática da bibliofilia na realidade brasileira, oferecendo balizas para a compreensão desse comportamento dentro de um processo histórico. Duarte é mencionado em uma lista na qual identifica bibliófilos brasileiros do século XX. Não há, contudo, aprofundamentos a seu respeito. O bibliófilo Duarte é um problema a ser explorado.

autores clássicos da área e esparsas publicações brasileiras sobre o tema foram captados, buscando organizar uma das poucas bibliotecas arqueológicas brasileiras.

Essa grande biblioteca não era exatamente uma única coleção, mas duas, uma vez que o seu conjunto estava fisicamente dividido em duas partes. Uma ficava depositada no edifício de zoologia do Departamento de Fisiologia, no *campus* da Cidade Universitária da USP, onde estava instalado o IPH (MENDES, 1994, p. 191-192). A outra estava guardada no seu apartamento. Ficavam na universidade principalmente os livros especializados de história do Brasil, arqueologia, literatura, antropologia etc., enfim, tudo aquilo que pudesse auxiliar no desenvolvimento de uma pesquisa do IPH, ou seja, era uma biblioteca especializada em humanidades. Era também a maior parte da coleção. Permanecia na sua residência o núcleo de obras raras de sua brasileira, com edições antigas que remetiam no mínimo ao século XVIII. Também eram guardados os títulos com marcas manuais dos seus amigos. O arquivo pessoal também estava guardado na sua casa.

A OFERTA

Duarte enviou no dia 20 de fevereiro de 1970 uma carta ao reitor da Unicamp, Zeferino Vaz, oferecendo a sua biblioteca com uma descrição panorâmica, indicando várias obras raras que estavam no seu interior. O arquivo, por sua vez, não foi mencionado. O intelectual indicou também que o material poderia ser útil para a construção do que chamava de “centro de estudos brasileiros”. A proposta vinha na esteira dos debates sobre a constituição de uma pós-graduação em humanidades no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e do próprio princípio das atividades da graduação da instituição naquele ano (CASTILHO, 2008, p. 152). Planejava-se à época a criação de um mestrado em história do Brasil, concretizado em 1971. O material oferecido certamente poderia ser útil para a elaboração desse projeto.

Quais motivos levaram o intelectual a oferecer seus objetos? A mensagem da carta oferece pistas ao colocar motivos econômicos. Existem, contudo, outras circunstâncias a ser levadas em conta, vinculadas às rearticulações do mundo político e social em que Duarte viveu entre o golpe de 1964 e o decreto do Ato Institucional número 5 – AI-5 (BRASIL, 1968). Estão para ser feitas investigações sobre as consequências da ditadura militar brasileira nas coleções privadas – as dezenas de livros apreendidos pelas forças policiais listados nos inquéritos policiais militares (IPMs) podem ser um bom ponto de partida. No caso de Duarte, seu patrimônio não foi vilipendiado por investigadores. As circunstâncias, contudo, postas pelo regime empurraram sua consciência até a tomada de decisão de se desfazer dos seus objetos. Foi o próprio reordenamento social provocado por uma ditadura que o levou a considerar a venda de sua coleção. Duas hipóteses se colocam para a venda. A primeira é de difícil verificação, não obstante a carta afirmar isso. Motivos de ordem econômica o teriam levado a oferecer seus objetos? Dificuldades desse tipo fizeram outros escritores se desfazerem das suas posses no passado.

Duarte encontrava-se em uma situação complicada. Foi aposentado compulsoriamente pela USP em 30 de abril de 1969. Seus rendimentos foram assim

expressivamente reduzidos, uma vez que os desligados tiveram direito a pagamentos proporcionais ao período em que atuaram na instituição. O escritor tornara-se catedrático em 1962, ou seja, seus rendimentos seriam baixíssimos devido ao pequeno período de trabalho. Além disso, sua aposentadoria saiu com o cargo de professor e não de diretor de instituto como tinha direito, reduzindo ainda mais o valor (COMISSÃO da Verdade..., 2018, p. 115-116). Suas memórias destacam uma situação financeira difícil a partir dos anos 1970 (DUARTE, 1974, p. 3).

Por outro ângulo, mostra-se difícil que Duarte, membro de uma família da aristocracia paulista, tendo ocupado vários cargos de grande importância ao longo da sua trajetória, passasse por dificuldades tão substantivas que fizessem o intelectual renunciar à construção de uma vida. Sem uma forma consistente de verificar a situação econômica do intelectual, tal possibilidade permanece sem um fundamento sólido.

A outra hipótese também se vincula à USP. Duarte teve desde a década de 1930 momentos de aproximação e tensão com essa universidade. Apontava publicamente em alguns momentos na década de 1950 que a instituição estava decadente, tomada por carreiristas e desvirtuada do seu projeto original. Houve um momento de maior convergência quando o IPH foi incorporado à instituição no princípio de 1960. Duarte assumiu uma posição de grande importância, tanto como catedrático, quanto como diretor de um instituto, cargo que lhe conferia uma cadeira no Conselho Universitário.

Foi nesse papel que teve um dos confrontos mais duros com a cúpula universitária a respeito dos rumos da instituição após o golpe de 1964, denunciando o “terrorismo”, o “macarthismo” e as investigações instaladas contra alunos e professores. A repercussão do conflito extrapolou a comunidade em várias oportunidades, principalmente por causa do prestígio de Duarte. Por ser figura central da cultura, ex-diretor de *O Estado de S. Paulo* e ex-deputado, sua voz tinha projeção. Fez repetidas falas, sendo proibido de se pronunciar em algumas oportunidades, assinou manifestos, questionou o Conselho Universitário e, em especial, o reitor Luís Antônio da Gama e Silva, conforme noticiado em edições do *Correio da manhã* (UNIVERSIDADE sem autonomia..., 1964; NOTAS de São Paulo, 1964; CIENTISTAS revelam..., 1964; MANIFESTO à nação..., 1965).

Uma ocasião que teve grande repercussão foi quando publicou uma carta, destinada ao seu amigo Júlio de Mesquita Filho, em *O Estado de S. Paulo* em 15 de maio de 1964, questionando o oportunismo e o autoritarismo do Conselho Universitário. Essa carta resultaria em um processo interno contra ele (ADUSP, 1979, p. 12-15). Duarte (1967) reuniu parte das suas intervenções sobre o tema no livro *O processo dos rinocerontes*, lançado em 1967. Por causa disso, foi investigado amplamente por órgãos da repressão, com seu nome sendo citado em vários IPMs do Supremo Tribunal Militar (STM) e havendo um prontuário com o seu nome no Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de São Paulo⁴.

A escalada da tensão com o Conselho Universitário e as vinculações cada vez mais substantivas de seus membros com a ditadura levaram Duarte a ser aposentado compulsoriamente em 1969 junto de vários outros professores. Quase todos

4 Consultaram-se os IPMs no fundo Brasil: Nunca Mais e o prontuário no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

mantinham vinculações mais expressivas com a esquerda do que Duarte, tanto nas suas obras quanto nas suas interações. O intelectual foi muitas coisas na sua vida, porém não um militante socialista. Embora tenha se identificado com a ideologia, jamais teve conexões orgânicas com uma organização desse tipo. Recusou-se inclusive a se filiar ao Partido Comunista do Brasil (PCB) nos anos 1930, apontando ressalvas à legenda (HAYASHI, 2010, p. 17; p. 53). Fora na juventude membro do Partido Democrático e do Partido Constitucionalista, chegando a alcançar a posição de deputado nos anos 1930. Nenhuma das organizações tem a ver com a esquerda (FERREIRA, s. d.). Seu desligamento da universidade está mais associado às antipatias que cultivou, às críticas públicas que fez ao Conselho Universitário e à sua posição consistentemente contrária a qualquer forma de autoritarismo do que a uma vinculação com uma organização de esquerda.

Todo esse conflito gerou um profundo ressentimento e indignação por parte de Duarte, repetidamente apresentado em entrevistas que deu aos jornais nos anos 1970 e 1980 (USP GANHARÁ..., 1997). O destino mais evidente dos seus objetos até aquele momento seria a principal instituição que criara, o IPH, e conseqüentemente a USP. Todavia, abruptamente as portas da organização eram fechadas na sua face, de dentro. O órgão continuaria a existir a seu despeito. Chegou-se a consultar se houve uma oferta de venda para a USP por parte de Duarte, contudo nenhum tipo de processo a respeito foi encontrado no Arquivo Geral da instituição.

As posições e os espaços ocupados possuem profundo significado para as pessoas, ainda mais para uma personalidade tão ciosa e insistente com seus projetos como era Duarte. Tudo isso pode ter sido interpretado por ele como o fim da sua carreira como professor e pesquisador, levando-o a se desfazer dos seus objetos. A escalada autoritária após o AI-5 também trouxe de volta o fantasma de uma experiência já vivida. Ao ver colegas e amigos professores saírem do país, rememorou o exílio e a prisão que passara. Deixar o país e ter que abandonar seus objetos significava em grande medida pôr em risco aquilo que insistentemente construiu. A morte de amigos próximos naqueles anos também abalou o seu emocional (ZIOLI, 2010, p. 168-169).

A Unicamp era um projeto novo que se colocava, sem marcas de afinidades ou desafetos. Estruturava um curso de ciências humanas e precisava de uma biblioteca especializada para isso. Duarte também mantinha uma amizade com o reitor Zeferino Vaz. Havia assim um caminho aberto para a venda dos seus itens.

A COMISSÃO

O reitor optou por abrir negociações para a aquisição do acervo. O procedimento para a compra passava pela nomeação de uma comissão para avaliar os objetos constituída em 7 de abril de 1970 a partir da indicação do reitor, composta do bibliófilo Rubens Borba de Moraes, do editor José de Barros Martins, do crítico literário Antonio Candido de Mello e Souza, e do historiador Sérgio Buarque de Holanda. Foi formado assim um grupo com notável saber bibliográfico e acadêmico, o qual dificilmente teria os seus apontamentos questionados. A presença de Antonio Candido, figura de

confiança do reitor e do intelectual, simbolizava a constituição de um elo entre as partes (GOMES, 2007, p. 178).

A primeira decisão da comissão foi nomear dois peritos para analisar o núcleo mais raro da coleção. Foram indicados a bibliotecária Rosemarie Erika Horch, servidora do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), e o livreiro Olyntho de Moura, proprietário da Livraria São Paulo. A comissão ficou com a responsabilidade de avaliar o resto do conjunto bibliográfico, o arquivo e alguns itens suplementares.

Duarte, visando amparar mais consistentemente a comissão e definir claramente o que seria destinado à universidade, encaminhou uma carta a Vaz no dia primeiro de junho de 1970. O documento trazia em anexo uma lista, com mais de 300 páginas, indicando item por item os quase 11 mil títulos que compunham a sua coleção. O arquivo pessoal de Duarte foi mencionado pela primeira vez no conteúdo da missiva, com o titular apontando que também seria incorporado à Unicamp e que esse constituía uma unidade com a biblioteca. Indicava inclusive que esse importante componente da coleção não era apenas um arquivo de uma única pessoa, uma vez que parte da documentação do escritor Amadeu Amaral e do governador Armando Salles de Oliveira foi incorporada ao seu acervo. Pontuou ao mesmo tempo que não entregaria a integridade do arquivo imediatamente, pois parte do seu conteúdo poderia ferir a intimidade de outras pessoas se fosse disponibilizado naquele momento. Trata-se da expressão da tensão entre os limites da publicização de arquivos privados e o direito à privacidade, questão particularmente cara à gestão documental. Colocou em seguida que o conjunto seria entregue à universidade posteriormente, inclusive em caso de morte do titular, estando a família informada.

Os pareceres dos peritos estipulando valores foram terminados em junho e entregues à comissão. Moura, livreiro especializado no comércio de obras raras, foi o responsável por analisar as revistas. Horch ficou com a responsabilidade de valorar os livros raros. O documento a respeito das publicações seriadas concluiu que o conjunto valia 41.360 cruzeiros. A bibliotecária estabeleceu uma lista com 112 obras raras no valor de 164.365 cruzeiros. O preço de cada uma foi consultado nos catálogos de lojas especializadas em venda de livros raros do Brasil e do exterior. Constavam no seu interior alguns itens que não eram necessariamente livros, como os jornais *A Semana*, *O Tamoyo* etc. Muitos eram edições originais e posteriores de viajantes, do local e do exterior, que percorreram o Brasil durante o período colonial ou imperial, como Carl Friedrich Philipp von Martius, Charles Ribeyrolles, Jean de Lery, Jean-Baptiste Debret, João Severino da Fonseca, Jules Crevaux etc.

O relatório da comissão foi assinado em 1º de julho de 1970 e encaminhado ao reitor. Seus membros destacaram o grande valor da biblioteca e indicaram que sua aquisição seria de grande valia à universidade, uma vez que estruturaria em grande medida os seus cursos de humanidades. Colocou-se também que a parte arquivística teria grande valor uma vez que estava incorporada no seu conjunto, além dos próprios itens de Duarte, parte dos arquivos pessoais do escritor Amadeu Amaral e do político Armando Salles de Oliveira.

Por fim, a comissão estabeleceu o valor de 500 mil cruzeiros para a coleção, o mesmo sugerido por Duarte na sua primeira carta. Os especialistas atribuíram que as 112 obras raras valiam 164.365 cruzeiros e as revistas raras 41.360, seguindo

as indicações dos peritos indicados. Colocaram por sua vez que os 9 mil volumes regulares da coleção valiam 270 mil cruzeiros; e outros itens, 25 mil cruzeiros. As partes estabeleceram um acordo de compra no mesmo mês. O valor seria pago em duas parcelas, uma primeira de 200 mil em setembro e uma segunda de 300 mil cruzeiros até janeiro de 1971.

Duarte encaminhou uma carta em 14 de setembro de 1970 alinhando textualmente alguns detalhes a respeito da venda que acertara com Vaz por telefone. Apontava que a biblioteca e o arquivo não iriam integralmente naquele momento para a universidade. Guardaria parte dos livros e do arquivo consigo. Preservaria uma fração de obras para a conclusão de estudos sobre a pré-história e um núcleo com dedicatórias de amigos próximos. Uma parte dos documentos, devido à possibilidade de ferir a honra de pessoas vivas, não seria publicizada imediatamente. Colocava, contudo, que desejava que a integridade dos itens permanecesse. Por isso, enviaria para a universidade posteriormente o conjunto – caso falecesse, tal desejo estaria constado em testamento.

Inexistiu divulgação a respeito da compra dos objetos de Duarte por parte dos meios de comunicação e por parte da própria universidade. *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e outras mídias não elaboraram nada a respeito.

Vaz sabia divulgar com maestria as conquistas de sua instituição, mantendo contato constante com jornalistas para relatar as novidades dos pesquisadores. Duarte, da mesma forma, habitou as páginas dos jornais ao longo de toda a vida, chegando à prestigiosa posição de diretor d'*O Estado de S. Paulo*. Conceptivo e cioso das suas criações, sabia promover a sua figura e os seus feitos por meio da imprensa. Indicou em uma das cartas que enviou ao reitor que desejava com aquela venda constituir um legado na Unicamp. Há um explícito sentido de monumentalização que atravessa a oportunidade.

O AI-5 escancarara a ditadura aumentando profundamente a repressão sobre as universidades. A Unicamp nesse processo teve alunos e professores perseguidos e presos. O reitor agiu pessoalmente em algumas oportunidades para protegê-los. Dessa forma, divulgar que a universidade adquiriu a biblioteca e o arquivo de um desafeto do regime, investigado por órgãos da repressão, era chamar atenção em uma conjuntura arriscada.

NA UNICAMP

Os objetos de Duarte foram depositados em 142 caixas e encaminhados para a Unicamp no mesmo ano. A instituição responsável pela sua guarda foi a Biblioteca Central, vinculada diretamente à reitoria. O órgão não contava ainda com o prédio atual, inaugurado em julho de 1989, exclusivamente dedicado à biblioteca e com grandes proporções. Estava instalada no chamado Ciclo Básico, primeiro conjunto de prédios construído no *campus* de Barão Geraldo, dividindo espaço com outras entidades universitárias. A coleção, encaixotada, pulou de sala em sala até começar a ser organizada, entre o final de 1970 e o início de 1971, pela bibliotecária Maria Alves de Paula Ravaschio (2016, p. 36-37).

A servidora ficou com a responsabilidade de elaborar um “Relatório” a respeito das suas condições enquanto catalogava e depositava os livros em estantes. O material nesse intervalo não pôde ser acessado. O trabalho se estendeu até 6 de junho de 1973. É possível perceber por meio do documento que os livros passaram por dificuldades, estando parte deles com problemas de praga e falta de higienização. Alguns exemplares também desapareceram. Trata-se, contudo, de questões pontuais, não alcançando uma centena dentro do universo de mais de 10 mil objetos. Em outros termos, Duarte mandou uma parte praticamente insignificante do seu arquivo para a universidade.

Quase concomitantemente, principiou uma pressão por parte dos professores do IFCH para que a coleção de Duarte fosse integrada à biblioteca do seu instituto. O professor João Paulo de Almeida Magalhães foi o primeiro. Enviou uma mensagem ao reitor no dia 20 de julho de 1971 indicando que, após consultar a lista com os aproximadamente 11 mil livros que Duarte enviara, constatou que 3.469 títulos interessavam à biblioteca de sua unidade, sendo imprescindíveis para a construção da pós-graduação. O professor responsável por fazer a lista foi Michael Hall⁵.

Uma situação semelhante se desdobrou dois anos depois. Diversos professores ocupando cargos de chefia do IFCH enviaram, entre o final de abril e o princípio de maio de 1973, mensagens ao diretor do departamento, Manoel Tosta Berlinck, colocando a necessidade de integrar a biblioteca de Duarte ao IFCH. Relatavam que se desdobravam grandes dificuldades ao desenvolvimento de cursos por falta de material bibliográfico. Carlos Franchi, Jorge Miglioli, José Roberto do Amaral Lapa, Michel Debrun, Paulo Sérgio Pinheiro, Peter Fry e Plínio A. Dentzien eram os docentes.

Berlinck direcionou as mensagens ao reitor, e esse, por sua vez, à Biblioteca Central, não havendo, contudo, a liberação. A compra de parte da biblioteca do jornalista e historiador Hélio Vianna no mesmo ano e a sua integração ao IFCH acalmaram momentaneamente os professores. Seu acervo contava com milhares de livros.

Uma nova solicitação para a integração da biblioteca de Duarte ao IFCH foi realizada a Vaz em 1975 por parte de Marcelo Dascal, coordenador da Comissão da Biblioteca. Houve dessa vez a determinação do encaminhamento de livros ao Instituto no final de 1975. Não foi direcionada a integridade da biblioteca, nem os quase 3 mil títulos originalmente solicitados por Magalhães, mas aproximadamente 170 livros, principalmente vinculados às áreas de linguística, história e ciências sociais. O conjunto está na unidade em um espaço próprio até a atualidade. Foi a primeira separação da biblioteca de Duarte.

O resto dos livros permaneceu sob a responsabilidade da Biblioteca Central. O conjunto seria designado posteriormente para uma seção específica do órgão para cuidar de coleções bibliográficas de grande valor, a Diretoria de Coleções Especiais e Obras Raras (CEOR), constituída em 1984. A aquisição da biblioteca de Duarte representou apenas o primeiro conjunto pelo qual o setor assumiu a responsabilidade. Posteriormente os acervos de Sérgio Buarque de Holanda (1983), Aristides Candido de Mello e Souza (1989), José Albertino Rodrigues (1992) etc. seriam integrados. A CEOR foi transformada em um órgão especializado em preservação de livros raros no início

5 Depoimento de Michael Hall por e-mail em janeiro de 2025.

dos anos 2010, a Biblioteca de Obras Raras Fausto Castilho (BORA). Seu prédio próprio foi inaugurado em 2020.

O ARQUIVO COM DUARTE

Duarte permaneceu com o arquivo, utilizando-o para escrever alguns livros. Seu conteúdo foi fundamental nos seus projetos uma vez que se utilizou dos seus recursos repetidas vezes. A década de 1970 foi profundamente produtiva no âmbito textual ao intelectual. Aposentado e sem responsabilidades institucionais, dividiu o seu tempo entre principalmente escrever e fazer conferências enquanto a saúde permitiu. Foi durante o exílio nos anos 1930 que também teve momentos de maior produtividade devido ao tempo livre: um dos seus livros mais importantes, *Palmares pelo avesso*, foi elaborado naquela conjuntura (DUARTE, 1947).

O primeiro livro que Duarte publicou nessa esteira foi uma coletânea intitulada *Mário de Andrade por ele mesmo*, lançada em 1971, na véspera do cinquentenário da Semana de Arte Moderna que ocorreria no ano seguinte. A obra, com prefácio de Antonio Candido, reúne e analisa as cartas trocadas entre Duarte e Mário de Andrade. Essas correspondências ocorreram enquanto Andrade ocupava o cargo de diretor do Departamento de Cultura da prefeitura de São Paulo entre 1935 e 1938 sob a gestão de Fábio Prado. Duarte, por sua vez, atuava como assessor do prefeito. Constam também outras trocas epistolares de Andrade com distintas personagens, como Sérgio Milliet. Tal livro é diretamente devedor do arquivo de Duarte, trazendo desdobrada a materialidade das suas vinculações sociais. O trabalho teve algum sucesso, recebendo reedições pouco tempo depois (DUARTE, 1977; 1985).

O título foi inspirado em outra produção de Duarte lançada em 1960, *Paul Rivet por ele mesmo*. O francês homenageado pela obra, o grande responsável por aproximar o brasileiro da arqueologia, falecera dois anos antes. Duarte relata nesse trabalho a sua experiência no Musée de l'Homme de Paris durante o seu exílio no Estado Novo. Parte da correspondência que Duarte manteve com Paul Rivet e outros intelectuais franceses está na obra.

Duarte focou, na realidade, em dois grandes projetos textuais naqueles anos, ambos conectados com o arquivo. Um era organizar um grande projeto editorial a respeito do jornalista Amadeu Amaral, mentor de Duarte no princípio de sua carreira de jornalista nos anos 1920⁶. A base para esse empreendimento foi o próprio arquivo de Amadeu Amaral, cedido por sua filha, além de itens reunidos pelo próprio Duarte. O resultado disso foi a constituição de 48 pastas de material sobre o escritor, organizadas em um grande dossiê com o seu nome.

O conjunto sobre Amaral encerra na sua maior parte uma ampla bibliografia a respeito do jornalista e os seus próprios textos, havendo inclusive vários originais. Há também cartas enviadas para Duarte sobre e de Amadeu, correspondência ativa e passiva. Vários desses objetos foram reunidos por Duarte a partir de repetidas

6 Há uma análise da constituição da série de Amadeu Amaral dentro do arquivo de Paulo Duarte (SANTOS, 2023).

campanhas que realizou ao longo dos anos 1930, 1940 e 1950 para homenagear e editar as obras completas de Amaral. A Hucitec, em parceria com a Secretaria da Cultura de São Paulo, empreendeu esse projeto e disponibilizou nove volumes das obras completas entre 1976 e 1977 (AMARAL, 1976a-1976h; 1977). Os trabalhos foram organizados e prefaciados por Duarte, que redigiu também uma biografia do jornalista, lançada em 1976 com o título *Amadeu Amaral* (DUARTE, 1976b).

O segundo projeto era a redação da sua monumental obra mnemônica de 9 volumes, com quase 3 mil páginas, lançada entre 1974 e 1979 pela Hucitec (DUARTE, 1974; 1975; 1976a; 1976c; 1976d; 1977; 1978a; 1978b; 1979), empreendimento editorial que pelo menos no seu princípio contou com significativa repercussão, sendo bem recebido pela crítica especializada e laureado com o Prêmio Jabuti em 1976 e 1978. As premiações e os comentários demonstraram uma força significativa em captar atenção por parte de Duarte nos seus últimos anos (ZIOLI, 2010, p. 114-129).

A amplitude dos livros se conecta com a própria vastidão do arquivo, com seus quase 10 mil itens. Existe uma relação de complementaridade entre as partes. O intelectual organizou o seu arquivo para escrever as suas memórias, as quais inclusive replicam constantemente os seus materiais: cartas, anotações, fotos etc. A vinculação entre escrita e documento gera um efeito específico na obra. O exercício de seleção e colagem visa oferecer uma aura de fundamentação, emulando um estilo científico. Duarte apontou nas cartas que enviara a Vaz em 1970 que se dedicaria a organizar o seu arquivo nos anos seguintes para posteriormente enviá-lo para a Unicamp. O motivo obviamente não era só encerrar um compromisso firmado com a universidade, mas conectava-se também com um projeto textual.

Tudo isso é manejado em um duplo sentido no texto, os quais estão plenamente articulados com a conjuntura vivida por Duarte nos anos 1970: um senhor de idade preocupado com a sua memória e indignado com a ditadura militar. Por um lado, está uma batalha pela cultura, pela constituição de projetos e instituições, alinhada com várias outras personagens, em especial com Júlio de Mesquita Neto e Mário de Andrade. Constitui-se naquelas páginas uma batalha pelo significado do legado do seu autor. É uma luta, por um lado, pela interpretação do que Duarte e seus amigos mais próximos fizeram e, por outro, a expressão de um enfrentamento constante contra a ditadura e a defesa dos valores democráticos. Essa problemática guia o núcleo duro da redação das obras (SANDES, 2009; 2012). Duarte, na prática, escrevia sob uma ditadura e relatava sobre outra. É uma pena, porém, que suas memórias permaneçam inconclusas, encerrando-se nos anos 1940. Jamais chegou a escrever a respeito das décadas posteriores, não incluindo a venda do seu arquivo e da sua biblioteca, seu conflito na USP etc. A morte da esposa e o avançar de uma doença degenerativa na década de 1980 impediram o desenvolvimento do seu empreendimento (BICUDO, 2006, p. 59-62).

O progredir da enfermidade fez Duarte inclusive doar parte dos seus livros, principalmente sobre arqueologia, pré-história etc., ao IPH da USP no início dos anos 1980. Em suma, trata-se daquele nicho mais técnico que ficara com Duarte nos anos 1970 para terminar alguns trabalhos. A professora Maria Cristina Oliveira Bruno do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/USP), na época trabalhando como técnica

do IPH, foi à casa de Duarte durante algumas semanas para ajudá-lo a separar o material a ser direcionado⁷.

O ARQUIVO APÓS DUARTE

Duarte faleceu, após uma longa luta contra o Parkinson, no seu apartamento no dia 23 de março de 1984. Logo após a sua morte, diversos amigos e intelectuais fizeram falas públicas e escreveram a seu respeito (PENTEADO, 2022, p. 549). Um panegírico em sua memória se desdobrou, destacando afetos, saudades, lutas, projetos, desilusões etc., demonstrando que Duarte conseguiu atrair muitos sentimentos de admiração em vida.

Organizou-se na Unicamp, na realidade, no Centro de Informação e Difusão Cultural (Cidic), órgão criado em 1984 para constituir a gestão documental da universidade, uma iniciativa para dialogar com a família de Duarte e recepcionar o seu arquivo pessoal, visando assim cumprir totalmente o contrato de 1970. O professor responsável pelo órgão, Ataliba Teixeira Castilho, entrou em contato com o representante legal da família, o advogado Guido Ivan de Carvalho, em 11 de abril. Apresentou ao advogado a documentação que amparava a reivindicação da universidade por parte do arquivo. O diálogo, no entanto, não chegou a um entendimento.

Uma negociação entre o jurídico da Unicamp e os representantes da família Duarte se desdobrou ao longo do ano seguinte, com a universidade pressionando pela transferência dos documentos. Um entendimento se deu em abril de 1985, quando houve a retirada dos objetos por parte da universidade no dia 29 e o seu deslocamento para Campinas. As partes do arquivo de Amadeu Amaral e Armando Salles de Oliveira também acompanharam o conjunto. O material estava guardado no escritório da empresa Metal Leve, propriedade do bibliógrafo e amigo de Duarte José Mindlin. O arquivo no local estava sendo organizado por um estagiário.

Não é possível afirmar que o colecionador comprara da família de Duarte o arquivo. Inexiste documentação que ancore isso objetivamente, pelo menos nos processos da Unicamp. No entanto, há um forte indicativo nesse sentido, pela maneira como os objetos estavam sendo utilizados por Mindlin e pelas repetidas dissuasões por parte dos familiares. Realizou-se no dia 1 de agosto o evento oficial da entrega na Unicamp com a presença do reitor. Os jornais, diferentemente de 15 anos antes, noticiaram a ocasião (ACERVO..., 1985, p. 16).

Existem vários livros atualmente na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM/USP) com dedicatórias para Duarte: *Organização social dos Tupinambás, A integração do negro na sociedade de classes, Folclore e mudança social, Mudanças sociais no Brasil e A função social da guerra na sociedade Tupinambá*, de Florestan Fernandes (1948; 1964; 1961; 1960; 1952); *Les religions africaines au Brésil, Anatomie d'Andre Gide, Anthropologie appliquée, Les Amériques noires, Brésil, Estudos afro-brasileiros e Poetas do Brasil*, de Roger Bastide (1960; 1972; 1971; 1967; 1957; 1953; s.d.); *A aventura brasileira de Blaise Cendrars*, de Alexandre Eulálio (1978); *Arte plumária e máscaras de dança dos índios brasileiros*, de Noemia Mourão (1971); *Os cangaceiros*, de Maria Isaura Pereira

7 Relato de Maria Cristina Oliveira Bruno em 2024.

de Queiroz (1968); *Goeldi*, de Anibal Machado (1955); *Roberto*, de Sérgio Milliet (1933). Todos eram amigos do intelectual, sendo Fernandes, Bastide e Milliet especialmente próximos. Trata-se muito provavelmente de parte da seção da biblioteca com dedicatórias de amigos de Duarte, que seria posteriormente incorporada à Unicamp, mas que ficou com Mindlin.

O relatório técnico, produzido pela equipe do Cidic para dar um parecer sobre a situação da chegada do arquivo, traz alguns indicativos de como Duarte organizava os seus documentos, não obstante já tivesse sofrido alguma intervenção por parte do funcionário de Mindlin. O intelectual ordenava esses itens em grandes pastas temáticas depositadas em arquivos de aço – também transferidos para a Unicamp –, as quais tinham subseções que criavam outras especificações. Em outros termos, o intelectual organizava “dossiês”, dispondo um conjunto de documentação em cada um que fazia sentido entre si e criando as especificações necessárias. Podiam ser cartas, textos referentes a uma temática, sua vida bancária etc. Esse formato funcionava tanto para os seus projetos de escrita, quanto para os documentos referentes a sua vida pessoal. O formato, contudo, é uma orientação geral, havendo várias exceções, uma vez que em nenhum momento o titular buscou uma sistematização.

Os técnicos do Cidic, derivado em Sistema de Arquivos (Siarq) da Unicamp em 1986, responsáveis por recepcionar e organizar o arquivo, optaram por não descaracterizar o método o máximo possível. Ao constituir o atual catálogo, buscaram oferecer maior precisão do que existia em cada pasta.

O arquivo de Duarte não permaneceu com o Siarq. Foi transferido ao Centro de Documentação Alexandre Eulálio (Cedae), vinculado ao Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), em 7 de novembro de 1994, a partir de acordo estabelecido entre as partes. O acervo está disponível para pesquisa nesse espaço atualmente. Em tese, haveria maior afinidade temática ao conjunto por parte do Cedae.

PONDERAÇÕES FINAIS

O arquivo e a biblioteca de Duarte não apenas enriquecem o patrimônio documental e bibliográfico da Unicamp, ajudando a estruturar o seu setor de ciências humanas, mas também revelam as dinâmicas complexas de preservação e apagamento da memória dos intelectuais no Brasil. A trajetória de Duarte, atravessada por momentos de tensão política, sobretudo nos anos de ditadura, e as suas escolhas de destinação para seu acervo revelam não apenas uma biografia intelectual, mas também um esforço de monumentalização que foi em grande medida influenciado por contextos políticos adversos. A decisão de Duarte de vender seus livros e documentos em vida, especialmente para uma instituição nova como a Unicamp, se distingue de muitos casos em que acervos privados são destinados por testamento ou herdeiros. Essa escolha deliberada de manter o controle em um período adverso revela um projeto consciente de perpetuação da memória, em que a salvaguarda documental se entrelaça com uma visão de futuro para as ciências humanas no Brasil.

O processo de aquisição e recepção desse acervo revela tanto avanços quanto desafios no que se refere à memória e à gestão desses conjuntos documentais. O

arquivo e a biblioteca de Duarte na Unicamp foram inicialmente recebidos como um marco para a construção dos cursos de humanidades. Entretanto, as demandas por integração ao cotidiano acadêmico, por parte de professores, revelam que nas suas fases iniciais o próprio papel do acervo na instituição era nebuloso e incerto. As reivindicações de acesso aos livros vindos do IFCH demonstram a expectativa quanto ao papel fundamental que esses objetos teriam na constituição de uma estrutura para as ciências humanas. Por outro lado, as dificuldades em organizar, preservar, disponibilizar e adquirir a totalidade dos itens com a família colocam as limitações enfrentadas pelas universidades na gestão de acervos e no enfrentamento de legados burocráticos.

O arquivo de Paulo Duarte na Unicamp é um microcosmo das tensões entre memória e esquecimento no Brasil, onde a preservação de acervos é confrontada com a constante reconfiguração institucional e a necessidade de adaptação ao contexto. O destino de seu arquivo e de sua biblioteca não apenas representa o sucesso de uma instituição em manter um patrimônio cultural significativo, mas também revela as disputas de memória que permeiam o campo das ciências humanas.

SOBRE O AUTOR

LUCCAS EDUARDO MALDONADO é doutorando em História na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

lucas_eduardo@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0476-1600>

REFERÊNCIAS

- ACERVO Paulo Duarte é incorporado à Unicamp. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 de agosto de 1985, p. 16.
- ADEGA de Paulo era seu cofre. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 de abril de 1970, p. 5.
- ADUSP – Associação dos Docentes da USP. *O livro negro da USP: o controle ideológico na Universidade*. 2. ed. São Paulo: Adusp, 1979.
- ADUSP – Associação dos Docentes da USP. *O controle ideológico na USP: 1964-1978*. Publicado originalmente em 1978 sob o título *O livro negro da USP: o controle ideológico na Universidade*. São Paulo: Adusp, 2004. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/cadernos/livronegro.pdf>. Acesso em: fev. 2025.
- AGUIAR, Viviane Soares. Mário de Andrade e a construção da cozinha brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 82, ago. 2022, p. 78-96. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i82p78-96>.
- ALCÂNTARA, Aureli Alves de. *Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa de sua dama – a Pré-História*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2007.
- AMARAL, Amadeu. *Ensaios e conferências*. São Paulo: Hucitec, 1976a.
- AMARAL, Amadeu. *Letras floridas*. São Paulo: Hucitec, 1976b.

- AMARAL, Amadeu. *Memorial de um passageiro de bonde*. São Paulo: Hucitec, 1976c.
- AMARAL, Amadeu. *Novela e conto*. São Paulo: Hucitec, 1976d.
- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: Hucitec, 1976e.
- AMARAL, Amadeu. *O elogio da mediocridade*. São Paulo: Hucitec, 1976f.
- AMARAL, Amadeu. *Política humana*. São Paulo: Hucitec, 1976g.
- AMARAL, Amadeu. *Tradições populares*. São Paulo: Hucitec, 1976h.
- AMARAL, Amadeu. *Poesias completas*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- ARRUDA, José Jobson de. O novo Museu de Arqueologia e Etnografia. *Estudos Avançados*, 8 (22), 1994, p. 581-583. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000300086>.
- BARRETO, Cristiana. Construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, n. 44, 1999-2000, p. 32-51. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.voi44p32-51>.
- BASTIDE, Roger. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: USP, 1953.
- BASTIDE, Roger. *Brésil: terre de contrastes*. Paris: Hachette, 1957.
- BASTIDE, Roger. *Les religions africaines au Brésil*. Paris: Presses universitaires de France, 1960.
- BASTIDE, Roger. *Les Amériques noires*. Paris: Payot, 1967.
- BASTIDE, Roger. *Anthropologie appliquée*. Paris: Payot, 1971.
- BASTIDE, Roger. *Anatomie d'Andre Gide*. Paris: Presses universitaires de France, 1972.
- BASTIDE, Roger. *Poetas do Brasil*. Curitiba: Guaíra, s. d.
- BICUDO, Hélio. *Minhas memórias*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BLASIS, Paulo A. D. De; PIEDADE, Sílvia C. M. As pesquisas do Instituto de Pré-história e seu acervo: balanço preliminar e bibliografia comentada. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 1, 1991, p. 165-188. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.1991.107955>.
- BNM Digit@l – Brasil: Nunca Mais. Disponível em: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acesso em: fev. 2025.
- CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Paulo Duarte: combates e trincheiras patrimoniais. *Vox Musei*, v. 1, n. 2, 2016, p. 23-33. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/voxmusei/article/view/6774/3974>. Acesso em: fev. 2025.
- CASTILHO, Fausto. *O conceito de universidade no projeto da Unicamp*. Campinas: Unicamp, 2008.
- CIENTISTAS revelam clima de opressão em São Paulo. *Correio da Manhã*, n. 21.920, 18 de setembro de 1964, p. 3. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- COMISSÃO da Verdade da Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – IPMs e cassados. Volume 7. São Paulo: USP, 2018. Disponível em: <https://shorturl.at/oBkJI>. Acesso em: fev. 2025.
- DUARTE, Paulo. *Variações sobre a gastronomia*. Lisboa: Seara Nova, 1944.
- DUARTE, Paulo. *Palmares pelo avesso*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.
- DUARTE, Paulo. *Paul Rivet por ele mesmo*. São Paulo: Anhembi, 1960.
- DUARTE, Paulo. *O processo dos rinocerontes*. São Paulo: s. e., 1967.
- DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Edart, 1971.
- DUARTE, Paulo. *Memórias*. V. 1 – As raízes profundas. São Paulo: Hucitec, 1974.
- DUARTE, Paulo. *Memórias*. V. 2 – A inteligência da fome. São Paulo: Hucitec, 1975.
- DUARTE, Paulo. *Memórias*. V. 3 – Selva obscura. São Paulo: Hucitec, 1976a.
- DUARTE, Paulo. *Amadeu Amaral*. São Paulo: Hucitec; Secretaria da Cultura e Tecnologia, 1976b.
- DUARTE, Paulo. *Memórias*. V. 5 – Apagada e vil mediocridade. São Paulo: Hucitec, 1976c.
- DUARTE, Paulo. *Memórias*. V. 4 – Os mortos de Seabrook. São Paulo: Hucitec, 1976d.
- DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Hucitec, 1977a.

- DUARTE, Paulo. *Memórias*. V. 6 – Ofício de trevas. São Paulo: Hucitec, 1977b.
- DUARTE, Paulo. *Memórias*. V. 7 – Miséria universal, miséria nacional e minha própria miséria. São Paulo: Hucitec, 1978a.
- DUARTE, Paulo. *Memórias*. V. 8 – Vou-me embora pra passárgada. São Paulo: Hucitec, 1978b.
- DUARTE, Paulo. *Memórias*. V. 9 – E vai começar uma nova era. São Paulo: Hucitec, 1979.
- DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Todavia, 2022.
- EULÁLIO, Alexandre. *A aventura brasileira de Blaise Cendrars*. São Paulo: Edições Quíron, 1978.
- FERNANDES, Florestan. *Organização social dos Tupinambás*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.
- FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. São Paulo: s. e., 1952.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1960.
- FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social*. São Paulo: Anhembi, 1961.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: USP, 1964.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. DUARTE, Paulo. s. d. Disponível em: <https://shorturl.at/ZqZzv>.
- FRANÇA, George Luiz. *Anhembi (1950-1962), adiante e ao revés: Paulo Duarte e a cristalização das forças do Modernismo*. Florianópolis: Dissertação (Mestrado em Literatura). Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- GOMES, Eustáquio. *O mandarim*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2007.
- HAYASHI, Marli Guimarães. *Paulo Duarte, um Dom Quixote brasileiro*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.
- HAYASHI, Marli Guimarães. *Paulo Duarte: um quixote brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Os “fazimentos” do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.36, 2005, p.43-58. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2246/1385>. Acesso em: fev. 2025.
- HEYMANN, Luciana Quillet. O arquivo utópico de Darcy Ribeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.1, jan.-mar. 2012, p. 263-282. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702012000100014>.
- IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Biblioteca Octavio Ianni. Coleção Hélio Vianna (Ordenadas por referência), 2022a. Disponível em: <https://shorturl.at/AJTzM>. Acesso em: fev. 2025.
- IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Biblioteca Octavio Ianni. Coleção Paulo Duarte (Ordenadas por referência), 2022b. Disponível em: <https://shorturl.at/LG8Yy>. Acesso em: fev. 2025.
- JACKSON, Luiz Carlos. A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965). *Tempo Social*, 16 (1), 2004, p. 264-283. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702004000100013>.
- MACHADO, Anibal. *Goeldi*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação/MEC, 1955.
- MANIFESTO à nação defende liberdade. *Correio da Manhã*, n. 22.067, Rio de Janeiro, 14 de março de 1965. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- MENDES, Erasmo Garcia. Paulo Duarte. *Estudos Avançados*, 8(22), 1994, p. 189-193. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000300018>.
- MENEZES, Caroline Grassi Franco de. Associação Paulista de Museólogos (Asspam): apontamentos para uma história de protagonismo na museologia paulista. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira Bruno (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. Volume 2 – A permanência das ideias: a influência nos contextos museológicos. São Paulo: Pinacoteca, 2010, p. 47-102.
- MILLIET, Sérgio. *Roberto*. São Paulo: s. e., 1933.

- MOMIGLIANO, Arnaldo. O surgimento da pesquisa antiquária. In: MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2002, p. 20-51.
- MOURÃO, Noemia. *Arte plumária e máscaras de dança dos índios brasileiros*. São Paulo: Bradesco, 1971.
- NICODEMO, Thiago Lima. As “brasilianas” no século XX: coleções privadas, interesses públicos e projetos de nação. In: ASSUNÇÃO, Marcello et al. (Org.). *Teoria e história da historiografia no século XXI*. Vitória: Milfontes, 2020.
- NOTAS de São Paulo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 21.917, 15 de setembro de 1964, p. 7. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- PENTEADO, Flávio Rodrigo. Posfácio. In: DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Todavia, 2022, p. 549-558.
- PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil: volume 1*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989, p. 359-409.
- PROCESSO P-00819-70 da Unicamp. Sistema de Arquivos (Siarq) da Unicamp.
- PRONTUÁRIO Paulo Duarte do Departamento de Ordem Política e Social. Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Os cangaceiros*. Paris: Julliard, 1968.
- RAVASCHIO, Maria Alves de Paula. Exílio na biblioteca. In: RIBEIRO, Maria Solange Pereira (Org.). *Ali-nhавando o tempo e tecendo lembranças*. Campinas: Unicamp, 2016, p. 36-39.
- REIFSCHEIDER, Oto Dias Becker. A Bibliofilia no Brasil. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília, 2011.
- SANABRIA, Isabela Soraia Backx. Paul Rivet e Paulo Duarte: discursos Sobre Humanismo e Arqueologia no Brasil. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2013.
- SANDES, Noé Freire. Lembrança, arquivo e ressentimento: as memórias de Paulo Duarte. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., Fortaleza. *Anais...*, 2009. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnm-nnnibpcajpcgkclefindmkaj/https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772192_a7e5e23c61bf51c57aa3e92d25408f73.pdf. Acesso em: fev. 2025.
- SANDES, Noé Freire. Memória, arquivo e ressentimento: as memórias de Paulo Duarte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 455, abr.-jun. 2012, p. 209-226. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- SANTOS, Isabela Brossi dos. *Entre a tecitura e a urdidura do arquivo: o discurso sobre Amadeu Amaral no fundo Paulo Duarte*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2023.
- SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: José Olympio e a gênese no mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2010.
- UNIVERSIDADE sem autonomia em SP. *Correio da Manhã*, n. 21.903, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1964, p. 1. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- USP ganhará novas verbas para conter a crise. *Jornal do Brasil*, n. 356, Rio de Janeiro, 4 de abril de 1977, p. 13. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.
- VERÍSSIMO, Érico. Paulo Duarte. In: VERÍSSIMO, Érico. *Memórias, vol. 1*. São Paulo: Hucitec, 1975.
- ZIOLI, Miguel. Paulo Duarte (1899-1984): um intelectual nas trincheiras da memória. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2010.